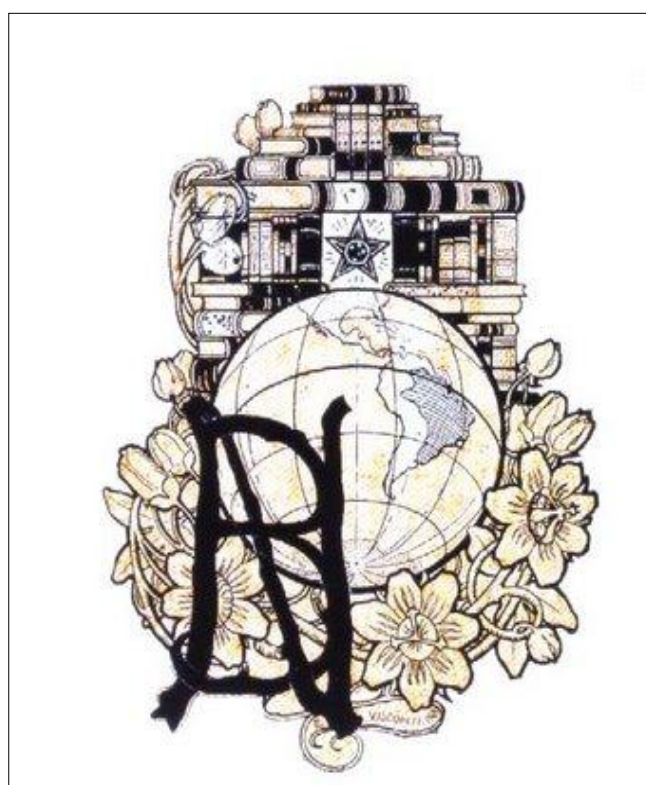


Fundação Biblioteca Nacional

Ministério da Cultura



Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

2012

Programa Nacional de Apoio à Pesquisa

Fundação Biblioteca Nacional - MinC



GABRIELA D'AVILA BRÖNSTRUP

*Formar especialistas para o trabalho com acervos no Brasil:
o percurso de Rodolfo Garcia na constituição de “novos” saberes*

2012

Formar especialistas para o trabalho com acervos no Brasil: o percurso de Rodolfo Garcia na constituição de “novos” saberes

GABRIELA D'AVILA BRÖNSTRUP¹

Neste artigo, trataremos da dedicação de Rodolfo Augusto de Amorim Garcia (1873-1949) aos acervos bibliográficos e museológicos e da constituição de um saber especializado para o trabalho com esses materiais por meio do Curso de Biblioteconomia, da Biblioteca Nacional (BN), e do Curso de Museus, do Museu Histórico Nacional (MHN), durante as primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: Acervos, Rodolfo Garcia, profissionalização.

Introdução

A necessidade de especialização para a atuação profissional não se restringe, nessa pesquisa, a uma constatação de Rodolfo Garcia, mas torna-se uma problemática. Pensar a respeito do momento da instituição desses cursos para formar técnicos especialistas no trabalho com acervos remete-nos às seguintes interrogações: Quais os saberes mobilizados e as condições para a constituição desses “novos” saberes? Para os letrados daquela época, o que é ser especialista?

Rodolfo Garcia nasceu em Ceará-Mirim, no Estado do Rio Grande do Norte, e graduou-se em Direito no Recife, Pernambuco, onde trabalhou como jornalista, professor de História, Geografia, Francês e Português nos Colégios Wolf e Santa Margarida. Mais tarde, mudou-se para o Rio de Janeiro, atuando inicialmente como bibliotecário no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nas décadas de 1930 e 1940, esteve inserido nos principais locais de produção do conhecimento histórico: foi membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), diretor do MHN de novembro de 1930 - quando substituiu Gustavo Barroso, destituído do cargo pelo presidente Getúlio Vargas

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em História - Faculdade de Ciências e Letras – da UNESP - Universidade Estadual Paulista, Campus de Assis. A pesquisa que resultou neste texto se deu sob orientação da professora doutora Karina Anhezini e contou com financiamento da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa.

por causa do apoio dado publicamente à candidatura de Júlio Prestes - até 1932, ano em que deu início ao primeiro curso de museus do Brasil.²

Nas decisões e escolhas que competem ao diretor de um acervo, como a disposição e organização dos documentos ou a aquisição de novas peças, assim como a disponibilização de determinada formação aos funcionários, é possível perceber como se concebem os saberes envolvidos e a função da instituição. A fundação do Museu Histórico Nacional pelo Presidente Epitácio Pessoa, aprovada pelo Decreto Nº 15.596, de 2 de agosto de 1922, compõe a construção de um Brasil com as marcas da civilização europeia, graças à presença e à tradição portuguesa.

Nas décadas de 1920 e 1930, o Estado instituiu programas e políticas que elegeram bens móveis e imóveis como patrimônios nacionais, iniciativas que acompanharam propósitos mais amplos de fortalecimento da ideia do Brasil enquanto nação, tendo a modernização e a civilização como componentes de sua identidade e as nações europeias como referências. Naquele cenário da década de 1930, quando aumentaram os investimentos para a formação de profissionais e para a criação de universidades, criou-se o primeiro Curso de Museus das Américas.

Justificativa e constituição da formação de profissionais para os acervos

No relatório anual do MHN, em meio à prestação de contas e a descrição das atividades desenvolvidas pela instituição em 1931, Rodolfo Garcia fez um pedido que mudou a rotina de diversos funcionários da instituição e as relações com o acervo em vários âmbitos.

Duas sugestões, Sr.Ministro, cabem aqui, como proposta que tenho a honra de fazer, tanto para a maior eficiência administrativa, como para a consecução dos fins culturais da nossa instituição, eminentemente educacional. Uma é referente ao “Curso de Museus”. Já apresentei a V. Ex. um projeto de decreto, que espero venha a merecer a indispensável aprovação. Fundamentei-o nos objetivos, de ordem técnica, que justificaram a criação recente do “Curso de

² Segundo Siqueira et al., “A ideia de criação de um Curso de Museus remonta à criação do Museu Histórico Nacional - MHN, idealizado por Gustavo Barroso, em 1922. Dois fatos interligados, a criação do MHN e, na gestão de Rodolfo Garcia no museu, o advento do Curso Técnico de Museus, em 1932, gerido posteriormente por Barroso, ainda que separados por dez anos, materializam o nacionalismo característico do contexto das transformações políticas e ideológicas que repercutiram na área cultural, nesse período.” SIQUEIRA, G. K.; GRANATO, M.; SÁ, I. C. Relato de experiência: o tratamento e a organização do acervo documental do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, Rio de Janeiro. *Revista CPC*, n. 6, São Paulo, 2008, p. 142.

Biblioteconomia”, da Biblioteca Nacional. O “Curso de Museus” habilitará esta repartição com um pessoal especializado, que futuramente fornecerá a administração, os funcionários que necessitar para o serviço deste Museu Histórico, ou dos congêneres institutos estaduais. A outra proposta é a de uma Inspeção de Monumentos.³

Assim, Rodolfo Garcia oficializou a proposta do Curso de Museus, apresentando-o ao Sr. Francisco Campos, então ministro da Educação e Saúde Pública, oferecendo uma justificativa comum para a criação dos Cursos de Museus e de Biblioteconomia, os objetivos “de ordem técnica”. Enfatizar a necessidade de disponibilizar o conhecimento técnico aos conservadores e bibliotecários, talvez, tenha sido considerada por Garcia a forma mais convincente de inserir a sua proposta nas políticas de cientificização do governo. Porém, no conjunto dessa primeira sugestão feita ao Ministro, a demanda que justifica a proposta não é apenas pragmática, mas sim voltada para supostas necessidades técnicas da instituição, pois apresenta o Curso de Museus como oportunidade, tanto para atender às exigências administrativas quanto para garantir o acesso à cultura, enfatizando a dimensão educacional do MHN. A sugestão de criação do Curso de Museus ao ministro foi acatada rapidamente, conforme o decreto de criação do Curso Técnico de Museus nº 21.129, de 7 de março de 1932. A outra proposta, que visava à criação de uma Inspeção de Monumentos voltada para a implementação de políticas preservacionistas de patrimônio, foi implantada três anos depois, na segunda gestão de Gustavo Barroso no MHN.⁴

O Curso de Museus iniciou vinculado à Direção do MHN, com a duração de dois anos e o objetivo de habilitar técnicos para ocupar o cargo de 3º Oficial da instituição. Até então, os funcionários responsáveis pela conservação de acervos não contavam com uma formação específica e, para ingressarem na instituição, precisavam ser indicados por pessoas próximas ao diretor.

³ MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (Brasil). *Relatório de Atividades do MHN*, 1931. Apud MAGALHÃES, A. M. O que se deve saber para escrever a história nos museus? *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 34, p. 107-130, 2002.

⁴ As atividades da Inspeção de Monumentos Nacionais são compreendidas por Aline Montenegro Magalhães, como produto de uma prática colecionista que busca legitimar a escrita da história, nas salas do MHN. Cf. MAGALHÃES, A. M. *Colecionando relíquias...Um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934 – 1937)*. Dissertação (Mestrado em História social) - UFRJ/ IFCS Rio de Janeiro, 2004.

Na abertura do Curso de Museus, Garcia retomou alguns argumentos apresentados a Francisco Campos a respeito da necessidade de especialização profissional e da dimensão cultural que o curso contemplaria e acrescentou outros elementos sobre a trajetória e os encargos atribuídos ao curso:

Ao declarar aberto o Curso de Museus, antes de outras considerações, devo encarecer o ato do governo, que o instituiu. Esse ato, se por um lado consulta aos altos propósitos da administração, de desenvolver a cultura nacional, ampliando a obra de educação que compete à Universidade do Rio de Janeiro, nos termos recentes da lei que a organizou, por outro atende à necessidade de dotar o país de um corpo de técnicos e especialistas nos ramos de conhecimentos professados neste instituto e em seus congêneres nos Estados da Federação.

Nos tempos modernos, quer nas profissões ditas liberais, quer no campo científico, a especialização se torna cada vez mais necessária, cada vez mais exigida pelas condições da sociedade, sobretudo se se atender ao formidável acúmulo dos conhecimentos em todos os setores da atividade humana.

O decreto que criou em 1922 o Museu Histórico Nacional, instituiu o curso técnico, comum à Biblioteca, ao Arquivo e ao Museu; mas essa criação, por motivos independentes da vontade dos dirigentes desses estabelecimentos, não teve realização prática. Assim, restaurado o Curso de Biblioteconomia para a Biblioteca Nacional, a diretoria do Museu achou-se na obrigação de pleitear para êle o curso que hoje vamos inaugurar.⁵

Rodolfo Garcia valeu-se da experiência positiva da reabertura do curso de Biblioteconomia, que ocorreu também em 1932, para fundamentar a proposta do Curso de Museus e, em sua inauguração, demonstrou o compromisso em estabelecer uma colaboração mútua entre três instituições que têm como elemento transversal a preservação e o acesso aos acervos: o MHN, a BN e o Arquivo Nacional.

Houve também um esforço de Garcia em inscrever o Curso de Museus em um caráter de extensão da Universidade do Rio de Janeiro⁶. Naquele período, houve a ascensão da Universidade brasileira e a institucionalização de novos cursos; portanto,

⁵ GARCIA, R. Explicação In: *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. Paginação irregular.

⁶ A Universidade do Rio de Janeiro criada em 1920, foi reorganizada em 1937 e passou a chamar Universidade de Brasil (UB). Em 1965 recebeu o nome atual, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ao tratar da trajetória da institucionalização do ensino superior de História, iniciada em 1935 com a criação da Universidade do Distrito federal (UDF), Marieta de Moraes Ferreira investiga, dentre outros aspectos, a formação dos docentes e as grades curriculares dos cursos. Após a extinção da UDF, em 1939, foi estruturado nesse mesmo ano, o Curso de História e Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia da então Universidade do Brasil, também analisado pela autora. Cf. FERREIRA, M. M. *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

para ele, cabia ao Curso de Museus, que se iniciava fora dela, demonstrar-se vinculado ao seu projeto. Nesse caso, o projeto comum da Universidade e do Curso de Museus, destacado por Garcia, era o desenvolvimento da cultura nacional, atitude que, no século anterior, foi atribuída e financiada pelo governo, por meio de instituições como o IHGB, ABL, BN e MHN, principais locais de produção do conhecimento histórico até a criação das Universidades na década de 1930.

Quando Garcia menciona os “termos recentes da lei” que organizaram a Universidade do Rio de Janeiro, certamente faz referência à Reforma Francisco Campos.⁷ No decreto de promulgação do *Estatuto das Universidades brasileiras*, o ministro enfatizou que a função da universidade transcende à didática, contemplando também “preocupações de pura ciência” e “cultura desinteressada”. Nesse decreto, foram estabelecidos dois objetivos para a universidade: “equipar tecnicamente as elites profissionais do país” e proporcionar um ambiente adequado “às vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino, imprescindível à formação da cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura”.⁸

O mesmo decreto que previu a conciliação da pesquisa, formação cultural e profissional, compreendeu o ensino e a pesquisa de maneira dissociada. A Universidade de Medicina, Engenharia e Direito seria destinada à formação profissional das elites, enquanto à Universidade de Educação, Ciências e Letras, que não chegou a ser fundada, caberia a cultura “desinteressada”, que teria como função formar professores. A extensão universitária também foi destacada no decreto como forma de ampliar as atividades universitárias, elevando o nível da cultura geral do povo. No entanto, o seu contato social estaria restrito à oferta de cursos.

⁷ “Reforma Francisco Campos” foi denominado o programa de reformas na educação, que iniciou com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, para o qual Campos foi nomeado ministro. Dentre os decretos que implantaram essas medidas no governo provisório de Getúlio Vargas, destacamos aqueles datados de 11 de abril de 1931, em que foi criado o *Conselho Nacional de Educação* (Decreto nº 19.850/31); promulgado o *Estatuto das Universidades Brasileiras* (Decreto nº 19.851/31); e dispõe a respeito da *Organização da Universidade do Rio de Janeiro* (Decreto nº. 19.852/31). Cf. FÁVERO, M. L. A. *A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968*. *Educar*, UFPR, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

⁸ CAMPOS, F. Exposição de Motivos, apresentada ao Chefe do Governo Provisório, encaminhando o projeto de Reforma do Ensino Superior. In: Ministério da Educação e Saúde Pública. *Organização Universitária Brasileira*. Decretos nºs. 19.850, 19.851 e 19.852, de 11 de abril de 1931, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931, p.4.

Desse modo, os cuidados para manter o equilíbrio entre os posicionamentos opostos, declarados por Campos, expressavam a incoerência de seu projeto, que oscilou entre as propostas de renovação da educação, na perspectiva da Escola Nova, e a permanência de posturas vinculadas à Igreja Católica.⁹ Segundo Marieta de Moraes Ferreira, a disputa entre esses dois maiores grupos vinculados à educação “centrou-se inicialmente em torno das questões da gratuidade e da obrigatoriedade do ensino e do papel da religião na nova política educacional. Mas seus efeitos se fariam sentir por toda a década de 1930”¹⁰.

Na relação do Curso de Museus com a Universidade, podemos identificar um movimento inverso quanto ao que prevê a Reforma, pois, considerá-lo como curso técnico de extensão universitária seria também um esforço de centralizar, nesse espaço, iniciativas que não se configuraram a partir da Universidade, tendo em vista as condições de criação dos Cursos de Museus e Biblioteconomia, não apenas sediados pelo MHN e BN, mas dependentes das instituições também no que se refere aos elementos essenciais da configuração dos cursos: a composição do corpo docente e a determinação dos conteúdos.¹¹

Cabe ressaltar ainda que os cursos tornaram-se efetivos devido à combinação de vários fatores, dentre eles, o interesse dos funcionários do MHN, que compunham o corpo docente do Curso de Museus, e dos diretores das seções da BN, que lecionavam no Curso de Biblioteconomia, bem como os projetos do governo de Getúlio Vargas para consolidar uma identidade nacional¹², que tinham como fundamento a constituição de um passado comum. Nesse sentido, diversos foram os usos do conhecimento histórico no período, encontrados em projetos que promoviam a cultura nacional.

Enquanto diretor do MHN e da BN, no início da década de 1930, Rodolfo Garcia, como vimos anteriormente, encaminhou as propostas de criação do Curso de Museus e da reativação do Curso de Biblioteconomia, mas, no entanto, houve

⁹ Cf. FAVERO, M. L. A universidade no Brasil de 1930 a 1937. In *Universidade e poder: análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45*. 2ed. Brasília: Plano, 2000, p. 29-77; FERREIRA, M. M. 2013, op. cit.

¹⁰ FERREIRA, M. M. 2013, op. cit, p. 20.

¹¹ A respeito do planejamento curricular no ensino de Biblioteconomia no Brasil Cf. CASTRO, C. A. Histórico e evolução curricular na área de Biblioteconomia no Brasil. In: VALENTIM, Marta Lígia. *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis, 2002, p. 25-48; SANTOS, J. P., 2007, op. cit, p. 35-47.

¹² Cf. GOMES, Â. C. História e historiadores: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

planejamentos semelhantes anteriores no MHN, durante a gestão de Gustavo Barroso, e na BN, durante a direção de Manoel Cícero Peregrino da Silva, quando foi criado o curso, em 1911, cujas atividades foram encerradas em 1922.¹³ Muito do trabalho desses diretores foi incorporado nos cursos efetivados posteriormente. Rodolfo Garcia recordou, na abertura do Curso de Museus, citada acima, a tentativa, nesse mesmo ano, de instituir um curso único, destinado à formação dos funcionários da BN, do MHN e do Arquivo Nacional (AN).

Apesar da falta de êxito do curso que pretendia formar oficiais, como eram denominados os bibliotecários, até então, admitidos por concurso, para o MHN, e os amanuenses¹⁴, para a BN e AN, a iniciativa de sistematização de um ensino integrado foi expressiva pelo modo com que concebeu tal capacitação. Tratava-se de uma forma de especialização do conhecimento que, no entanto, não requeria uma departamentalização rígida, até mesmo porque estava ainda sendo forjada. Essa característica foi percebida mais acentuadamente na escolha das disciplinas que compuseram o Curso de Museus do que nas do Curso de Biblioteconomia:

Cadeiras do Curso de Museus (Museu Histórico Nacional) 1º ANO – 1932	Cadeiras do Curso de Biblioteconomia (Biblioteca Nacional) 1º ANO - 1932
História Política e Administrativa do Brasil	Bibliografia
Numismática (parte geral)	Paleografia e Diplomática
História da Arte (especialmente do Brasil)	

¹³ O Curso de Biblioteconomia, criado em 11 de julho de 1911, através do decreto 8.835, inicia suas atividades três anos depois, em 1915. Dentre os motivos desse atraso elencados nos relatórios anuais da instituição, está a indisponibilidade de alguns diretores das seções que ministrariam as aulas, por falta de preparo e a ausência de inscritos para o curso, motivo este, pelo qual o curso foi extinto em 1922. Essas dificuldades com a implementação e andamento do curso, são compreensíveis, considerando que no período, não havia se constituído tal demanda, tanto pela pouca visibilidade da profissão, quanto pela possibilidade de ocupar o cargo de bibliotecário por concurso, sem a exigência do diploma. Cf. BIBLIOTECA NACIONAL, (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1911, 1913, 1915, 1921, 1933.

¹⁴ Iuri A. Lapa e Silva define amanuenses como “os encarregados de todo tipo de trabalho biblioteconômico e arquivístico – organização de acervos e sua catalogação -, mas também exerciam funções de secretariado, copiando ofícios e afins, e de atendimento aos usuários. Um cargo típico dentro do funcionalismo público de então, o amanuense acabou sendo identificado como o protótipo de burocrata” SILVA, I. A L. *Biblioteca Nacional no processo de Demarcação de Limites com a Guiana Francesa: Os Usos Políticos de um Acervo Documental*. Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, volume 128, 2008, p. 18-19.

2º ANO – 1933	2º ANO - 1933
História Política e Administrativa do Brasil (até a atualidade)	Iconografia
Numismática (brasileira) e sigilografia	
Técnica de Museus, Epigrafia e Cronologia	História da Literatura (aplicada à Bibliografia)

Fonte: Decreto N. 21.129 de 7 de março de 1932; *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1932, 1933.

Na constituição da grade do Curso de Museus, o saber histórico esteve envolvido de modo expressivo, especialmente a História do Brasil, pois, além de constituir-se em um museu voltado para a História Nacional, ao eleger o conjunto de saberes que formariam esses profissionais, levou-se em conta a função dos museus no Brasil, que, a partir do início do século XX, tornou-se cada vez mais atrelada à construção de uma identidade direcionada para a memória nacional. Desse modo, observamos que os cursos dedicados a formar técnicos para o trabalho com materiais que compunham os acervos do MHN e da BN não se configuraram estritamente como instituições culturais ou politicamente neutras, mas como lugares onde havia outros saberes presentes, também dotados de historicidade.

O vínculo do MHN com a História buscou constituir-se, de modo especial, sob a égide de Gustavo Barroso, como espaço em que as peças por si só remetiam ao passado e o comprovavam.¹⁵ Já na organização projetada por Garcia, houve um esforço em construir o passado nacional expondo-o em uma continuidade que, pelo estabelecimento de sentido entre as peças, buscava reconstituir períodos históricos. Tal perspectiva de Garcia remete às diretrizes do projeto historiográfico de Capistrano de Abreu, estabelecido simultaneamente à anotação da *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen. Dentre as críticas expostas por Capistrano a respeito da obra de

¹⁵ Ao analisar as formas de representar a história e o patrimônio, durante a gestão de Gustavo Barroso no MHN, Myrian Sepúlveda dos Santos percebe que os detalhes e as próprias peças compreendidas como “amostras do passado” é que legitimam o culto do passado, forjado por Barroso, sem a preocupação de estabelecer um processo ou encadeamento de fatos; SANTOS, M. S. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond; Minc/IPHAN/DEMU, 2006.

Varnhagen, está a ausência de uma narrativa que encadeasse os fatos, esforço identificado na disposição do acervo programada por Garcia.¹⁶

No Curso de Biblioteconomia, as cadeiras que compuseram as disciplinas de Paleografia e Diplomática e Iconografia acompanhada da Cartografia, a partir de 1935, eram constituídas, essencialmente, por áreas do conhecimento que figuravam dentre aquelas concebidas e legitimadas de maneira instrumental desde o século XIX como auxiliares da história. Considerando o Curso de Biblioteconomia da BN como um ensaio de autonomia da área, é possível compreender a pequena participação da História, que aparece na grade apenas na disciplina História Literária, configurando-se de maneira semelhante às chamadas ciências auxiliares. Assim, a História Literária exerceria a função de fornecer o contexto histórico-literário para a análise dos livros.

Tais disciplinas eram as mesmas que compunham a grade do curso criado na BN em 1911, exceto pela Numismática, que foi extinta, e a História Literária aplicada à Bibliografia, inserida pelo decreto nº 23.508, de 28 de novembro de 1933. Esse decreto também alterou a ordem das disciplinas, passando Iconografia e História Literária para o 1º ano, enquanto Bibliografia e Diplomática e Paleografia constituíam a grade do 2º ano do curso. Desse modo, os saberes eleitos para a formação do bibliotecário na BN durante as décadas de 1910 e 1930 não sofreram mudanças significativas, permanecendo a ênfase na cultura geral em detrimento da técnica.¹⁷

A Biblioteca Nacional como lugar de profissionalização e profissão

¹⁶ Maria da Glória Oliveira, em trabalho recentemente publicado, problematiza essa relação estabelecida por Capistrano de Abreu com a obra de Varnhagen; OLIVEIRA, M. G. *Crítica, Método e Escrita da História em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1913.

¹⁷ Dedicado ao estudo do ensino de biblioteconomia no Brasil, Carlos Augusto Castro, estabeleceu uma periodização compartilhada entre a maioria dos pesquisadores dessa área, em que divide fases relativas às perspectivas adotadas nesses cursos do país. A primeira fase, de 1879-1928, corresponde à concepção humanística francesa associada ao Rio de Janeiro, e ao movimento fundador da biblioteconomia na BN. A segunda fase abrange os anos de 1929 a 1939 e é definida pelo predomínio do modelo pragmático americano em contraposição ao modelo anterior, vinculada ao segundo curso de Biblioteconomia do Brasil, criado no ano de 1929, no Instituto Mackenzie em São Paulo, onde predominavam disciplinas relacionadas à classificação bibliográfica. A terceira fase (1940-1961) é demarcada como o período de consolidação e expansão do modelo pragmático americano; a quarta fase (1962-1969) corresponde à uniformização dos conteúdos pedagógicos e regulamentação da profissão e a quinta (1970-1995) refere-se à diminuição das escolas de graduação e ao aumento dos cursos de pós-graduação na área de Biblioteconomia. CASTRO, C. A. *História da Biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000.

Símbolo da Ilustração no Brasil, a Biblioteca Nacional guarda o compromisso com a História Patriótica desde a vinda da Biblioteca dos Reis.¹⁸ A principal contribuição da instituição para o desenvolvimento do conhecimento histórico esteve ligada à aquisição, organização, catalogação e disponibilização de materiais imprescindíveis para a pesquisa histórica.

A capacitação para essas funções foi prioridade no Curso de Biblioteconomia. Seu desempenho permeava a prática dos bibliotecários da BN e as atividades de Rodolfo Garcia, de modo especial, no período em que foi diretor da instituição. As diversas solicitações de documentos, bibliografias e informações pontuais a respeito de datas, fatos ou personagens históricos, enviadas a Garcia por vários letrados demonstram a rede de intelectuais que integravam a BN, a grande recorrência ao seu acervo e um reconhecimento de Rodolfo Garcia como erudito¹⁹, seja para auxílio no desenvolvimento de pesquisas históricas, seja em busca de um dado, ou até mesmo de materiais que tornassem o trabalho mais instigante:

Tendo concluído a *Educação do Príncipe*, pretendo quebrar-lhe a charrice e insulsez com alguns retratos da gente da época, direta ou indiretamente imiscuída no caso histórico que me abalancei a remanusear. É assim que desejava obter os do Aureliano Coutinho, Paulo Barbosa da Silva, Marquês de Itanhaém, Bispo de Crisópolis, José Bonifácio, Anemuria e Feijó. Infelizmente não poderei socorrer-me dos desenhos do Boulanger e outros do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo dissídio que ultimamente me separou do Sr. Max Fleiuss (o amigo bem sabe quanto é feito da nossa pobre terra cimentar a dissidência de opiniões, repugnando servir de qualquer forma aos que de nós divergem por meras cousinhas...) Mas, conto que na seção das gravuras da sua Biblioteca Nacional seja possível conseguir as efígies desses figurões, preferidos os retratos mais raros, embora piores.²⁰

¹⁸ SCHWARTCZ, L. M. *A longa viagem da biblioteca dos reis – Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹⁹ O reconhecimento por parte da sociedade, configura-se como uma das noções que caracterizam os intelectuais, conforme a compreensão de Jean-François Sirinelli. A consideração de tais indivíduos como “especialistas” em um determinado tema, integra-os aos debates da sociedade, dotando-os de legitimidade. Desse modo, não entendemos como intelectual o indivíduo que nomeia a si próprio enquanto tal, mas aquele que pelo modo que desempenha sua função de criador e mediador do conhecimento é reconhecido como pertencente a determinadas categorias sociais. Cf. SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

²⁰ DAMASCENO, D. (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970, p.110.

Nessa carta, datada de 23 de setembro de 1936, Alberto do Rego Rangel (1871-1945) realizou o pedido, constante na maioria das cartas enviadas à Garcia na década de 1930, de materiais do acervo da BN. Rangel mencionou a Coleção do retratista francês Luís Aleixo Boulanger, do acervo do IHGB, como primeira opção para encontrar os retratos que buscava para ilustrar a *Educação do Príncipe*, mas preferiu evitar contato com o secretário perpétuo Max Fleiüss (1868-1943), por conta de uma “dissidência de opiniões” que houvera entre eles. Seu pedido denota afinidades e hostilidades permeavam o acesso aos documentos, facilitando-o ou impedindo-o.

Garcia não foi apenas mediador, mas, por conta de sua dedicação aos estudos históricos, também solicitou materiais e recebeu “presentes de papel”²¹. Afonso D’Escragnolle Taunay (1876-1958) foi um dentre os correspondentes com quem Rodolfo Garcia tratou de diversas questões relacionadas ao ofício do historiador. Eram recorrentes as reclamações pela falta de um documento que paralisara determinada obra, posicionamentos a respeito de um livro ou, ainda, as “mexericagens acadêmicas e palpites de candidaturas”.

Em carta datada de 24 de maio de 1935, Taunay avisou que estava mandando um presente a Garcia. Tratava-se de uma coleção de sete fotografias de mapas de Diogo Soares e Domenico Capa. Concluindo a carta, Taunay acrescenta: “Esqueci-me de dizer que os originais destes mapas estão no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa, Figueira de Melo mandou copiá-los em atenção a mim para o Museu Paulista. Veja que intenção delicada.”²² Nessa carta, observamos a preocupação de Taunay em informar a procedência do material enviado a Garcia e dar os créditos da obtenção da cópia, que, segundo ele, fez-se em sua atenção, ao Museu Paulista. Essa mediação da

²¹ Ao explorar as correspondências que compõe o arquivo pessoal de Oliveira Vianna, Giselle Martins Venancio dedica-se especialmente à análise das que foram escritas em agradecimento pelos “presentes de papel”, como denomina os livros de autoria de Oliveira Vianna doados por ele. Essa troca de livros e correspondências é compreendida por Venancio no artigo *Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna*, “como uma estratégia de organização e desenvolvimento de suas relações de sociabilidade e principalmente de estruturação de uma comunidade de leitores que garantiria a propaganda e a propagação de suas idéias” VENANCIO, G. M. *Presentes de papel; cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Viana. Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 2, nº 28, 2001, p. 41.

²² DAMASCENO, D. (Org.), 1970, op. cit, p. 61.

documentação para o Museu Paulista,²³ também presente nas práticas de Garcia, deveu-se à função de diretor da instituição que Taunay ocupou entre 1917 e 1945.

Muitos dos documentos procurados por Garcia e adquiridos para a Biblioteca Nacional, assim como os adquiridos por Taunay para o Museu Paulista, também podem ser relacionados aos seus próprios interesses de pesquisa ou, ainda, aos temas e períodos da História do Brasil, que ambos consideravam carentes de estudo. No entanto, é interessante observar que tanto Garcia quanto Taunay estão inseridos na constituição de uma prática historiográfica em que “a descoberta de novos documentos, muitas vezes, guiou a escrita dessa história”.²⁴ Além disso, o documento não se limitaria à propriedade privada, mas deveria ser disponibilizado aos pesquisadores para a escrita da História Nacional, em acervos que representavam a ilustração do país.

Essa tarefa desempenhada pelos diretores das instituições foi central nos objetivos de formação dos funcionários do Curso de Biblioteconomia. Nesse sentido, a identidade do bibliotecário, que, no momento, estava sendo forjada, esteve vinculada à imagem do erudito,²⁵ prezando pelo conhecimento dos acervos de cada seção para auxiliar o leitor em suas pesquisas e pela habilidade em sua organização e conservação. Vários autores associaram o Curso de Biblioteconomia aos moldes do curso oferecido pela escola francesa²⁶ École Nationale des Chartes, situada entre as primeiras

²³ Ana Claudia Fonseca Brefe busca compreender a gestão de Taunay no Museu no livro *O Museu Paulista: Afonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. Nesse estudo, percebe as reformulações na instituição como parte de um movimento de especialização que se intensifica no início do século XX. Inicialmente dedicado às ciências naturais, o Museu continha também coleções de história. Nessa nova dinâmica planejada por Taunay para o Museu, está à separação das coleções de história e ciências naturais e o investimento nas narrativas do passado paulista e nacional. Brefe destaca a preocupação em obter cópias originais dos documentos que adquirira para as coleções, pois concebia o documento histórico, “como um testemunho do passado e, nesse sentido, como matéria-prima indispensável para reconstruí-lo tal como ele aconteceu.” (BREFE, 2005: 99). Destaca ainda que o propósito em relação à documentação colecionada no Museu não era restrito à exposição, mas à constituição de um centro de pesquisa utilizado pelo próprio Taunay em sua escrita da história de São Paulo.

²⁴ ANHEZINI, K. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p.40.

²⁵ A respeito da passagem do erudito ao intelectual, Cf. ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Da história detalhe à história problema: o erudito e o intelectual na elaboração e no ensino do saber histórico. *Lócus*. Revista de história, UFJF, v. 10, n. 2, 2004, p.53-72; Id. De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente. *Trajetos*. Revista de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, vol. 3. n. 6. 2005.

²⁶ Cf. CASTRO, C. *História da Biblioteconomia brasileira*. Brasília: Thesaurus, 2000; OLIVEIRA, M; CARVALHO, G. F; SOUZA, G. T. Trajetória histórica do ensino de Biblioteconomia no Brasil. *Inf & Soc.: Est. João Pessoa*, v.19, n.3, p.13-24, 2009; SANTOS, J. P. Reflexões sobre currículo e legislação na área da Biblioteconomia. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*. v. 3, n. 6, p. 35-47, 2007.

instituições do mundo dedicadas a profissionalizar o trabalho com arquivos. O curso, criado em 1821 para formar arquivistas-paleógrafos, era fundamentado na cultura geral. Tal noção de viés humanista indica uma perspectiva de ensino mais voltada para a amplitude do conhecimento do que para a sua aplicação imediata. O “princípio da proveniência”, também denominado “princípio do respeito aos fundos”, que é uma das contribuições mais difundidas pela arquivologia francesa. Tal método de organização foi criado pelo historiador Natalis de Wailly, enquanto chefe dos arquivos departamentais do Ministério do Interior, em 1841. Esse postulado difere das classificações sistemáticas por assuntos ao propor a organização dos arquivos de acordo com a proveniência dos documentos, criando, assim, a noção de “fundos”.²⁷

Sem a pretensão de situar em uma determinada perspectiva os cursos da BN e MHN, que na década de 1930 estavam em processo de configuração, é possível perceber algumas indicações a respeito da formação que se queria disponibilizar: ela não estaria restrita aos saberes necessários para o exercício profissional específico. O curso de Museus buscou tornar científicas as práticas museológicas e desenvolver a cultura nacional, recorrendo, de modo específico, ao estudo da História do Brasil.

O Curso de Biblioteconomia, por sua vez, também compartilhou da missão de desenvolver a cultura nacional pela via da ilustração, considerando que, da forma como o profissional estava sendo formado e, embora tivesse como objetivo facilitar a função do historiador, não se limitava a ela e pouco a contemplava. Interessava mais o contato com as tantas áreas do conhecimento que o acervo da BN abrigava. Dentre os saberes disponibilizados pelos professores autodidatas na área de Biblioteconomia, predominavam as chamadas disciplinas técnicas, mesmo que seu desenvolvimento não se restringisse a essa dimensão: Bibliografia, Paleografia, Diplomática e Iconografia, que, após 1935, passou a ser acompanhada pela Cartografia. Tais disciplinas visavam à compreensão dos processos de fabricação desses diversos materiais como suportes de informação, conservação e acesso. Já a disciplina História Literária aplicada à Bibliografia denotava a preocupação com a cultura geral, dedicando-se à compreensão do livro em um contexto histórico-literário.

²⁷ SANTOS, P. R. E. A arquivística no laboratório: história, teoria e método de uma disciplina. Tese (Doutorado - Programa de Pós-graduação em História Social do Departamento de História) – Faculdade de Filosofia, Letras Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 87.

Marieta de Moraes Ferreira depara-se com dificuldades semelhantes no que se refere à transição entre práticas amadoras para a profissionalização do historiador, ao investigar o itinerário da História como curso universitário no Brasil, vinculada à Geografia até 1955. Por meio da análise da trajetória dos professores, das cadeiras que ocuparam, bem como das diferentes concepções de ensino e pesquisa que permearam a Universidade do Distrito Federal (UDF) e a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFI), a autora trilha um caminho profícuo para a compreensão da constituição desse campo disciplinar.

Diferente do perfil docente dos primeiros profissionais que trabalharam com acervos, composto unicamente por brasileiros, nos cursos de História e Geografia, professores, principalmente vinculados à missão universitária francesa, exerceram um papel significativo tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo. Ferreira aponta, entre as principais contribuições desses professores de formação e perspectivas distintas, a atualização bibliográfica disponibilizada aos alunos, a forma de estruturar os cursos e uma maior visibilidade do Brasil pela França²⁸. Nesse período, a maior parte da bibliografia disponível na área de Biblioteconomia, inclusive no curso da BN, era francesa; por isso entende-se a exigência do domínio dessa língua para o ingresso no curso.

Nessa trilha de análise, por meio do corpo docente e da distribuição das disciplinas entre 1932 e 1943, verificamos algumas escolhas e possibilidades do período, que moldaram o Curso de Biblioteconomia.

Professores	Ano em que lecionaram	Disciplinas	Cargo na BN
Constâncio Antônio Alves (1862-1933)	1932	Bibliografia	Diretor da 1ª seção/ Impressos
Mario Marinho de Carvalho Behring (1876-1933)	1932	Paleografia e Diplomática	Diretor da 2ª seção/Manuscritos
Carlos Mariani (*-1937)	1933	Iconografia	Diretor da 1ª seção
	1934	Bibliografia	
	1935-1937	Iconografia e Cartografia	Diretor da 3ª seção/Estampas e Cartas Geográficas

²⁸ FERREIRA, M. M., 2013, op. Cit.

Floriano Teixeira Bicudo (1885-*)	1933-1934	Iconografia	Amanuense
	1937-1939	Iconografia e cartografia (Substituto)	Bibliotecário
	1940-1943	Iconografia e cartografia	
Emanuel Eduardo Gaudie Lei (1892-1953)	1933	História literária aplicada à Bibliografia	Oficial
	1934		Sub-bibliotecário
	1939		Diretor da 1ª seção
	1935-1940	Bibliografia	
Jose Bartolo da Silva (*)	1934	Paleografia e Diplomática	Oficial
	1936-1943		Diretor da 2ª seção
Eugênio de Teixeira Macedo (*)	1934	Iconografia	Diretor da 3ª seção
Luiz Corte Real Assunção (* -1936)	1935	Paleografia e Diplomática	Diretor da 2ª seção
Manuel Cassius Berlink (* -1938)	1935-1938	História literária aplicada à Bibliografia	Diretor da 4ª seção / Jornais e Revistas
Otávio Calasans Rodrigues (*)	1938- 1939	Iconografia e Cartografia (Substituto)	Bibliotecário
João Carlos Moreira Guimarães (1892-1979)	1941-1943	História literária aplicada à Bibliografia	Bibliotecário

*Tais informações não foram encontradas no material pesquisado.

Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL, (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943.

Entre as informações dispostas na tabela, destaca-se a alta rotatividade dos professores no Curso de Museus nas décadas de 1930, 1940 e 1950. Como exceção, cita-se o caso de Gustavo Barroso, que ministrou a disciplina de Técnicas de Museus, Epigrafia e Cronologia desde o início do curso até sua morte, em 1959. A curta permanência na instituição também é constatada por Ferreira ao analisar o corpo docente do Curso de História da UDF, que, segundo a autora, “indica dificuldades para a institucionalização do campo profissional”.²⁹

Constâncio Antônio Alves e Mario Behring lecionaram apenas no ano de 1932 e faleceram no ano seguinte. Essa foi a causa da entrada de novos docentes em, pelo menos, quatro disciplinas do Curso de Biblioteconomia durante o período analisado. Tais mortes chamam a atenção para a faixa etária elevada de parte do corpo docente.

Constâncio Antônio Alves formou-se em 1885 pela Faculdade de Medicina da Bahia e teve grande atuação profissional no jornalismo, atividade que desenvolveu no *Jornal do Brasil* e no *Jornal de Commercio*, ambos do Rio de Janeiro. Conciliou essa

²⁹ Ibidem, p. 149.

atividade com as de funcionário da Biblioteca Nacional desde 1895, onde dirigiu a Seção de Manuscritos entre 1903 e 1913 e, posteriormente, a Seção de Impressos.³⁰ Essa alternância na direção das seções também refletiu no Curso de Biblioteconomia, configurando-se como desafio no seu processo de especialização, pois, mudando de seção, os professores deveriam passar a ministrar a disciplina que correspondesse a ela.

Mario Behring estudou no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e formou-se engenheiro agrônomo pela Escola Agrícola da Bahia, em 1896. Em sua cidade natal, Ponte Nova, Minas Gerais, lançou o jornal *Tupinambá*. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1902, onde fundou e dirigiu as revistas *Kosmos*, *Para Todos*, na qual usava o pseudônimo de “O operador”, e *Cinearte*. Também atuou significativamente no jornalismo, assinando com pseudônimos nos jornais *O Imparcial* e *Jornal do Commercio*, e nas revistas *Fon-Fon*, *Careta*, *Ilustração Brasileira* e *Revista da Estrada de Ferro*. Um ano depois da chegada na capital, foi aprovado em primeiro lugar no concurso da Biblioteca Nacional e, entre 1924 e 1932, assumiu a direção da instituição.³¹

A respeito dos outros nove professores, não encontramos informações em relação à formação acadêmica ou à atuação profissional exercida além da BN, o que talvez indique dedicação exclusiva à instituição. Garcia refere-se, nos relatórios anuais, a Carlo Mariani e José Bartolo da Silva como bacharéis, porém, também não se teve acesso às informações relacionadas à produção ou à publicação de materiais voltados para as disciplinas que ministraram no curso, como ocorreu no Curso de Museus.

O único dos professores, no período em questão, eleito como membro da Academia Brasileira de Letras, foi Constâncio Antônio Alves. No espaço do *site* da academia dedicado a ele, um dos “Textos escolhidos”, como é denominada a aba em que há trechos de escritos dos acadêmicos, é *Os livros vão e não voltam - o que se encontra dentro deles*, publicado na seção cotidiana *Dia a Dia*, do *Jornal do Commercio*, para a qual escreveu durante 36 anos.³²

³⁰ ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Biografia Constâncio Alves. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=422&sid=262>> Acesso em: 05 nov. 2013.

³¹ SANTOS, R. S. C. *Projeto à nação em páginas de Cinearte: A construção do “livro de imagens luminosas”*. Dissertação (Mestrado em História social) – PUC, Rio de Janeiro, 2010.

³² ALVES, C. A. *Os livros vão e não voltam - o que se encontra dentro deles*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=424&sid=262>> Acesso em: 05 nov.

Tal texto nos remete ao perfil do bibliotecário “erudito-guardião”, associado à École Nationale des Chartes. Ao tratar da dificuldade de restituir livros emprestados, mesmo que de maneira irônica, Alves apresenta o hábito de emprestar e não devolver como um problema de todos os tempos que fez com que bibliófilos de Londres, fundassem, no século XIX, a Liga Contra o Empréstimo de Livros. Esse eixo é tratado em todo o texto, narrando episódios de bibliotecas particulares e os diferentes modos de lidar com a propriedade dos livros. O texto diz que Rui Barbosa estaria entre os ciumentos; o poeta André Chénier havia compartilhado em versos a tristeza de ver borrões no livro que retornou; Miguel Becon chegava a ser imprudente, tamanho desapego que demonstrava quando se tratava de empréstimo; e Capistrano de Abreu também figurou entre os que emprestavam “até com amor”, no entanto, seu cuidado com os livros, segundo Alves, não era exemplar.³³ Além dos dramas causados pelo empréstimo dos livros no que tange ao seu retorno ou rasura, Alves conta episódios relacionados às anotações que os proprietários costumam fazer em caráter confidencial, emitindo opiniões a respeito de obras de determinados autores, o que, muitas vezes, torna a leitura de terceiros motivo de fofoca e desavença. O texto conclui tratando das anotações como um espaço textual onde as coisas são ditas apenas para si. Tal constatação é utilizada para elogiar D. Pedro II, que, segundo o autor, em suas anotações, fazia referência a escritores como Joaquim Nabuco e Conde Afonso Celso, não tendo motivos para se constranger pela divulgação de seus escritos.

A imagem de D. Pedro II é mencionada por Alves como figura central na representação de ilustração do Império brasileiro. Tal esforço foi empreendido pelo próprio imperador, que defendia a arte e a ciência como instrumentos de civilização e constituição identitária para o país, e retificado por diversos letrados, especialmente a

2013.

³³ Cf. GONTIJO, R. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013, p.331. Buscando compreender esse processo de construção da memória e da identidade a respeito do historiador, nessa obra, Rebeca Gontijo tem como eixo principal da narrativa a perpetuação de um nome: Capistrano de Abreu. A autora investiga esses esforços plurilaterais por meio de produções posteriores à sua morte, em 1927, e trata do culto prestado a ele pela criação da Sociedade Capistrano de Abreu e dos investimentos de Capistrano na escrita de si enquanto indivíduo, intelectual e historiador, especialmente por meio de suas correspondências. Nesses empreendimentos individuais e coletivos na constituição de Capistrano como intelectual, símbolo da brasilidade, ou ainda na problematização de caracterizações como tenacidade, rebeldia, modéstia e erudição eleitas por muitos biógrafos e por seus pares para singularizá-lo, Gontijo percebe uma relação direta com a “construção da história da disciplina, que define legados e alimenta tradições”.

partir da independência do Brasil.³⁴ A perspectiva de Alves quanto ao cuidado com os livros expressa também o papel simbólico de ilustração associado a esses materiais, bem como à atribuição do responsável pela biblioteca de proteger o acervo.

Na Biblioteca Nacional, é perceptível uma orientação rigorosa nesse sentido, contando com a vigilância permanente dos depósitos. Tal cuidado, que está entre as principais funções das instituições dessa natureza, é perceptível graças à seção “Elogios”, que era expedida pelo diretor geral e publicada nos relatórios anuais da instituição. Observa-se que tentativas de furto eram frequentes na BN e que os que tinham percepção e agilidade para salvar o material a tempo eram homenageados, como percebe-se no relatório de 1936: “Por portaria de 18 de Dezembro, foi louvado o auxiliar Bernardino Carioca, pela vigilância e diligência com que evitou fossem roubados 3 livros da 1ª seção”.³⁵

Nesse espaço, também foram tecidos elogios em diversas situações, como aos funcionários mais antigos da instituição por ocasião da aposentadoria, aos que ministravam aulas no Curso de Biblioteconomia, publicados no relatório de 1934 em que são mencionados Carlos Mariani e Emanuel Eduardo Gaudie Ley “pela muita proficiência com que lecionaram as respectivas cadeiras do Curso de Biblioteconomia em 1933”³⁶, ou ainda aos funcionários a quem se desejava dar destaque pelo bom desempenho das funções. Nesse caso, pode se dar o exemplo do elogio feito ao bibliotecário Otávio Calasans Rodrigues, “pela inteligência e zelo com que executou o trabalho de discriminação das coleções da Biblioteca”.³⁷ Rodrigues formou-se em 1933 no Curso de Biblioteconomia e, em 1938/1939, foi professor-substituto do mesmo curso na disciplina de Iconografia e Cartografia. José Bartolo da Silva também formou-se em 1933 e lecionou nessa disciplina em 1934 e, depois, de 1936 até 1943. Rodrigues e Silva figuraram como os primeiros professores do Curso com formação na área de Biblioteconomia.

Os elogios eram publicados em relatórios destinados ao Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, com o intuito de dar visibilidade ao curso, bem

³⁴ Cf. SCHWARTZ, L. M. *Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³⁵ BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil), op. cit, 1937.

³⁶ *Ibidem*, 1934, p. 6.

³⁷ *Ibidem*, 1937, p. 5.

como de demonstrar uma forma de reconhecimento aos docentes pelo trabalho não remunerado. No entanto, não eram apenas elogios que Capanema lia nos relatórios.

Além do aumento das atividades de alguns funcionários envolvidos com o Curso de Biblioteconomia, outras alterações na rotina burocrática, estrutural e na legislação da BN são observadas. Já no primeiro relatório após a reabertura do Curso, em 1932,³⁸ Garcia pediu que o ministro tomasse providências no que se referia à mudança de legislação para promoção dos funcionários, que assegurava preferência absoluta aos detentores de diploma em Biblioteconomia e aos concursados na instituição, mas não garantia o mesmo benefício aos funcionários formados em Biblioteconomia pela primeira edição do curso, de 1915 a 1922. Quanto ao número de funcionários, o diretor solicitou um aumento de quadro no relatório de 1935, justificando tal necessidade através da comparação do número de funcionários existentes em 1911, superior ao do período em que escreveu o relatório (1935). Em 1911, 40.186 leitores foram atendidos pela instituição, enquanto em 1935 o número foi maior que o dobro, com 81.972 leitores³⁹ atendidos.

Outras reivindicações constantes nos relatórios se referem às condições precárias dos serviços de encadernação, terceirizados, no período, para o Instituto Nacional de Surdos e Mudos, que, segundo Garcia, em 1933 atendeu menos de 50% do volume solicitado, acarretando no atraso da disponibilização das obras para consulta. Os serviços de publicação que estavam a cargo da Imprensa Nacional também não correspondiam à demanda. Quanto aos problemas apresentados, o diretor sugeriu que uma pequena oficina de encadernação, publicação e restauração de livros fosse montada na BN, utilizando máquinas remanescentes de antigas oficinas gráficas, e que os serviços fossem contratados com a verba destinada para esse fim, verba essa considerada por ele “deficientíssima”. Essas solicitações feitas desde 1933 tiveram resposta apenas em 1936, não com a instalação dos serviços na BN, mas com a abertura de licitação para a transferência dos serviços para a firma José Lino Martins & Cia, “Casa Vallette”.

Apesar de o governo ter dado uma brecha no início da década de 1930, ao decretar a reabertura do Curso de Biblioteconomia, os recursos financeiros que destinou

³⁸ Ibidem, 1932, p.17-18.

³⁹ Ibidem, 1935, p. 27-28.

à BN eram limitados, o que dificultou o desempenho de alguns saberes instrumentais ensinados no curso, como a restauração de obras raras que não tinham a permissão para serem retiradas da BN e nem os equipamentos necessários para realizar o processo na própria instituição.

Quanto às atividades profissionais do corpo docente de Biblioteconomia, ficaram restritas às atribuições como funcionários da própria instituição. As exceções foram Behring, que trabalhou também como jornalista, e Alves, que além de jornalista, foi membro da ABL e produziu diversos ensaios. Na BN também é perceptível uma maior rotatividade de funcionários entre as seções e, conseqüentemente, uma grande rotatividade de professores nas cadeiras do curso. Talvez essa característica também explique a ausência de publicações desses docentes a respeito das disciplinas ministradas, em oposição às publicações recorrentes do corpo docente no Curso de Museus, que será analisada a seguir.

Assim, percebe-se que as condições incipientes do Curso de Biblioteconomia dão pistas a respeito das possibilidades e limitações para a configuração dessa área do conhecimento na década de 1930, bem como das especificidades da BN e do MHN enquanto lugares de profissionalização e profissão. Tal configuração teve grande alteração com a reforma de 1944, pelo decreto 6.440, de 27 de abril. Nessa ocasião, as finalidades do curso, a administração e a grade tiveram a sua maior reestruturação desde a criação do curso, em 1911, visando a uma formação homogênea que capacitasse profissionais para dirigir, organizar e executar serviços técnicos em bibliotecas oficiais ou particulares. Previa-se também a abertura de cursos de especialização ou aperfeiçoamento para profissionais que já atuavam nessas funções e buscava-se uma conexão maior com a produção e o ensino em âmbito nacional e internacional no campo da Biblioteconomia. Instituiu-se, também, com tal reforma, o cargo de coordenador dos cursos, subordinado ao diretor geral da BN, que foi ocupado por Josué Montello (1917-2006), na época, Técnico de Educação do Departamento Administrativo de Serviços Públicos (DASP).

Para atender a essas finalidades, estabeleceram-se três cursos, que foram denominados Cursos da Biblioteca Nacional: o Curso Fundamental de Biblioteconomia habilitava para o desempenho de serviços técnicos sob a supervisão de bibliotecários; o Curso Superior de Biblioteconomia era responsável por formar administradores de

bibliotecas e os Cursos Avulsos visavam atualizar os conhecimentos dos bibliotecários e de seus auxiliares através de conteúdos propostos pelo coordenador. Dentre as disciplinas obrigatórias inseridas na grade dos dois primeiros cursos citados, destacamos a de Classificação e Catalogação, que demarcava a aproximação com um modelo norte-americano de ensino da biblioteconomia. Castro observa que, nessa reestruturação, houve a inclusão de um modelo pragmático, no entanto, ela é percebida como resposta a uma pressão externa exercida pelo DASP, que exigia um perfil profissional capacitado para o atendimento de todo o tipo de biblioteca, conforme o modelo adotado em São Paulo desde a década de 1930.⁴⁰

Diante do exposto, observamos que tal reforma, mesmo saindo do recorte proposto para essa investigação do Curso de Biblioteconomia, demonstra que o processo de constituição dessa formação, na década de 1930, quando os novos saberes coexistam com práticas e conhecimentos estabelecidos anteriormente na BN, sustentou-se até 1944, sendo, então, alterada, com vistas a uma especialização mais rígida e, ao mesmo tempo, uniformizadora dos conteúdos.

Disciplinas que formam museólogos e produzem livro

Considerando o período de emergência do Curso de Museus, que se deu nos seus dois anos iniciais, como um momento ímpar no que se refere à mobilização dos saberes para a constituição dessa formação, busca-se verificar, por meio das disciplinas que compunham a grade da primeira turma do Curso de Museus, nos anos de 1932 e 1933, e do corpo docente, algumas escolhas em relação à identidade que se forjava para a sua constituição e formação de seus profissionais.

Enquanto o corpo docente de Biblioteconomia ficou restrito ao desenvolvimento de atividades profissionais como funcionários da própria instituição, na BN, é perceptível uma maior rotatividade de funcionários entre as seções e, conseqüentemente, uma grande rotatividade de professores nas cadeiras do curso. Talvez essa característica também explique a ausência de publicações desses docentes a respeito das disciplinas ministradas, em oposição às publicações recorrentes do corpo docente do Curso de Museus, que serão analisadas a seguir.

⁴⁰ CASTRO, C. A, 2000, op. cit.

GRADE CURRICULAR DO CURSO DE MUSEUS E CORPO DOCENTE (1932-1933)	
1º ANO – 1932	2º ANO - 1933
Disciplina: História Política e Administrativa do Brasil (período colonial) Docente: Rodolfo Augusto de Amorim Garcia	Disciplina: História Política e Administrativa do Brasil (até a atualidade) Docente: Pedro Calmon Moniz de Bittencourt
Disciplina: Numismática (parte geral) Docente: Edgar de Araújo Romero	Disciplina: Numismática (brasileira) e sigilografia Docente: Edgar de Araújo Romero
Disciplina: História da Arte (especialmente do Brasil) Docente: Joaquim Menezes de Oliva	Disciplina: Técnica de Museus, Epigrafia e Cronologia Docente: Gustavo Barroso
Disciplina: Arqueologia aplicada ao Brasil Docente: João Agyone Costa	_____

Fonte: SIQUEIRA, G. K, Curso de Museus – MHN, 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Rio de Janeiro, 2009. P. 170-171.

Dentre as disciplinas cursadas no primeiro ano, está a História Política e Administrativa do Brasil (período colonial), ministrada por Rodolfo Garcia. Por conta dessa atribuição, ele escreveu o ensaio que leva o título da disciplina, especificando o recorte correspondente ao período colonial de 1500-1810.⁴¹ Lecionar no curso não impulsionou apenas Garcia, mas a maioria dos docentes, a produzirem textos que renderam publicações posteriores, relacionados aos assuntos das disciplinas ministradas, tendo como eixo o questionamento sobre “o que é o Brasil”. O *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil (1500-1810)*, mesmo não correspondendo aos parâmetros de uma grande obra, é a narrativa mais extensa de Garcia. O volume de sua produção é composto por edições dispersas, como textos publicados em anais institucionais, introduções, prefácios, anotações de obras e edições críticas de documentos históricos, em sua maioria, relacionados à história do Brasil colonial. O ensaio em questão, que merece uma análise detalhada, será abordado rapidamente neste trabalho, compreendendo-o como um programa indicativo dos propósitos dessa disciplina e de parte da grade curricular do curso de museus. Cabe investigarmos alguns dos caminhos

⁴¹ GARCIA, R, 1956, op. cit.

escolhidos para tratar da história política e administrativa do Brasil, dado o caráter polissêmico do título da disciplina, que designa, ao mesmo tempo, as configurações de um governo português e suas formas de gestão, o corpo de funcionários, as relações de poder e uma disciplina. Na explicação que precede a obra, há indicações de como a disciplina foi pensada:

Coube-me, na distribuição das cadeiras, a de História Política e Administrativa do Brasil, o que significa que vamos estudar a História do Brasil sob os aspectos de suas instituições políticas e de seu aparelhamento administrativo. Assim, fica entendido que no decorrer desse estudo, não entraremos em minúcias supérfluas de que os compêndios estão cheios e de que os ginásios vos fartaram: mas havemos de acompanhar a evolução do país desde as feitorias, nos primórdios da época colonial, até as últimas e mais adiantadas instituições sob que vive a nação; estudaremos desde os forais das capitâneas até a legislação mais moderna, analisaremos os regimentos dos governadores, dos oficiais da fazenda e da justiça, a formação do município e das câmaras, os códigos, as leis, todo o regime político e administrativo, que vigorou no Brasil colonial e no Brasil império, e ainda vigora no Brasil república.⁴²

De início, o professor anuncia que essa história política e administrativa do Brasil seria estudada sob uma perspectiva evolutiva, a partir da colonização portuguesa e, de fato, a obra inicia-se com “O Descobrimento”. O diálogo com Varnhagen e Capistrano de Abreu é frequente na obra; já, na primeira parte em que narra a organização da expedição que teria sido organizada para confirmar o descobrimento, identificam-se os esforços de revisão factual que permeiam a obra. Garcia observa que a hipótese de Varnhagen de que D. Nuno Manuel foi o comandante dessa expedição havia sido afastada “depois dos estudos modernos de Harisse, Capistrano de Abreu, Vignaud e outros.”, que afirmaram ter sido André Gonçalves quem comandou a frota.

Garcia segue as coordenadas de Capistrano no que se refere ao trabalho metódico com os documentos, mas não corresponde às diretrizes do projeto historiográfico desse autor no que se refere à nova ordenação do tempo, considerando, dentre outras reformulações, que a história do Brasil, na proposta de Capistrano, deveria

⁴² GARCIA, R., 1956, op. cit, Paginação irregular.

ser estudada desde “Os antecedentes indígenas”, como inicia sua obra *Capítulos de História Colonial*⁴³, escrita entre 1905 e 1907.

Também na maneira de narrar a história por meio do acervo do MHN, Garcia utilizou-se de uma cronologia centrada na tradição portuguesa e na eleição de grandes personagens que representariam a polidez da aristocracia brasileira e se tornariam exemplos de dedicação à nação.

As salas principais foram organizadas do seguinte modo: Arcada dos Descobrimentos (no Pátio de Minerva, logo à entrada do Museu); Colônia (Sala D. João VI); 1º e 2º Reinados (respectivamente Pedro I e Pedro II); Marinha (Tamandaré); Paraguai (Duque de Caxias); Osório, Miguel Calmon⁴⁴, Jóias (Guilherme Guinle); Sala da Nobreza Brasileira e Getúlio Vargas, dentre outras.

Além do espaço dedicado a D. Pedro I, nessas exposições permanentes, sua figura ganhou destaque entre a seleção de objetos que compuseram uma exposição de curta duração, organizada em 1931. Ao analisar, por meio de seu catálogo, essa “Exposição comemorativa do Centenário da Abdicação de D. Pedro I - 1831-1931”, José Bittencourt considera-a como forma de narrativa feita a partir de um tipo de artefato social. Reafirmando o posicionamento de José Honório Rodrigues, que situou Rodolfo Garcia como revisionista factual,⁴⁵ o autor percebe na maneira com que os objetos são expostos “uma tentativa de aplicar no Museu o método de crítica documental em que já vinha se especializando”.⁴⁶ O personagem central, posto em diversos contextos, do âmbito público ao privado, criou, segundo Bittencourt, um eixo temporal que tinha como finalidade o fato. A revisão factual que o autor identifica é demonstrada como uma perspectiva inovadora no MHN, à medida que compara essa exposição com outras que se deram na instituição, mais voltadas aos moldes de gabinetes de curiosidade.

⁴³ ABREU, J. C. *Capítulos de História Colonial*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

⁴⁴ A doação da Coleção Miguel Calmon por sua esposa Alice da Porciúncula Calmon Du Pin ao MHN em 1936, foi objeto de estudo de Regina Abreu na obra *A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*. Ao investigar as motivações dessa doação, bem como os critérios de seleção dos objetos que a compuseram, a autora observa que “O perfil do titular da coleção é delineado por meio dessa construção modelar de homem público”. (ABREU, 1996: 142).

⁴⁵ RODRIGUES, J. H, 1958, op. cit.

⁴⁶ BITTENCOURT, J. Museu Histórico Nacional, 1931. O nascimento de uma museografia no Brasil? Anais do Museu Histórico Nacional, Vol. XXXIII. Ministério da cultura/ IPHAN/MHN, 2001, p.9-16.

Desse modo, a função da disciplina de História política e administrativa do Brasil foi concebida de maneira vinculada aos projetos de organização do MHN, portanto, estabelecia diálogos com disciplinas que abrangiam conteúdos de classificação e conservação como a Numismática e Sigilografia e Técnicas de Museus, Epigrafia e Cronologia.

Coube a Edgar de Araújo Romero (1884-1968) ministrar a disciplina de Numismática (parte geral), a respeito da qual produziu duas apostilhas publicadas em 1957, Numismática (brasileira) e Sigilografia. Tais disciplinas, tendo por objeto de estudo as moedas, cédulas, medalhas militares e civis e selos nos quais figurava símbolos do governo, tinham um viés de fortalecimento da identidade nacional, voltada para exaltação de heróis e grandes feitos.

A formação de Romero se deu na área do Direito, pela Faculdade Livre de Ciência Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Em 1910, foi nomeado amanuense da BN e chefe da seção de Numismática dessa instituição, transferindo-se para o MHN em 1924, onde permaneceu na função até sua aposentadoria compulsória em 1954. Dentre suas principais publicações nos Anais do MHN está *O meio circulante do Brasil Holandês* de 1940, *Numismática Brasileira – Reinado de D. José I*, de 1943, *Numismática Brasileira – Reinado de D. Maria I*, de 1945 e *Catálogo das moedas brasileiras do MHN – Moedas da República* de 1960.⁴⁷ O esforço que fez na aplicação da disciplina Numismática (brasileira), ao estudo do Brasil em uma área do conhecimento, até então sem uma trajetória de ensino no país, é perceptível também nas disciplinas História da Arte (especialmente no Brasil) e Arqueologia aplicada ao Brasil.

A disciplina História da Arte (especialmente no Brasil), ministrada por Joaquim Menezes de Oliva (1893-1978), existiu com a mesma denominação na Escola Nacional de Belas Artes, no entanto, dedicava-se ao estudo da arte clássica europeia; já Oliva, pesquisador da cultura popular, propunha focá-la no estudo da história da arte brasileira. Além do trabalho no MHN, onde implantou a seção de história em 1922, Oliva lecionou em universidades e no Colégio D. Pedro II e sua formação foi na área do Direito.⁴⁸ Dentre seus escritos, destacamos as aulas inaugurais, publicadas no MHN, nomeadas

⁴⁷ SÁ, I. C. História e memória do curso de museus: do MHN à UNIRIO. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v.39, p.10-49, 2007.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 17.

como *Os falsos painéis de Leandro Joaquim* e *Tentativa de Classificação dos balangandãs*.

À disciplina Arqueologia aplicada ao Brasil e ao contato com os alunos, João Angyone Costa (1888-1954) atribuiu a inspiração para a escrita de *Introdução à Arqueologia Brasileira: etnografia e história*⁴⁹ que foi publicada pela primeira vez em 1934. Natural do Rio Grande do Norte iniciou sua formação acadêmica na área da medicina, no entanto, largou o curso no segundo ano e dedicou-se principalmente ao estudo da etnografia e da arqueologia brasileira, áreas nas quais foi considerado especialista.⁵⁰

A obra citada é identificada por Cristiana Barreto como o primeiro manual de arqueologia brasileira que, segundo a autora, constitui-se como “uma árida compilação dos achados arqueológicos no Brasil” que demonstra o vácuo teórico em que a disciplina foi programada.⁵¹ Ao tratar dessas comissões que se dirigiram ao Brasil no decorrer do século XIX, o autor considera o texto *Explorações científicas*⁵², de Rodolfo Garcia, como um “magnífico roteiro”; nele, Garcia apresenta a investigação científica como atividade que ocorreu desde o descobrimento.⁵³ Costa tece um capítulo embasado pelas discussões levantadas por Garcia, em que propõe descrever a terra paralelamente ao itinerário das expedições, pois, segundo Costa, é nela que se encontra o material etnográfico, desenvolvem-se as análises científicas, e se estabelecem as zonas arqueológicas. Desse modo, percebe-se que ao descrever a geomorfologia brasileira, bem como a fauna e flora, e narrar as inúmeras comissões científicas, vindas de outros países ou organizadas por brasileiros em busca de vestígios materiais para conhecer o

⁴⁹ COSTA, J. A. *Introdução à Arqueologia Brasileira: etnografia e história*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

⁵⁰ SOMBRIO, M. M. O; LOPES, M. M; VELHO, L. M. L. S. Práticas e disputas em torno do patrimônio científico-cultural: Bertha Lutz no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil. *Varia história*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, 2008.

⁵¹ BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *REVISTA USP*, São Paulo, n.44, p. 32-51, 1999-2000.

⁵² GARCIA, R. Explorações Científicas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* Rio de Janeiro, v.2, p.189-223, 1942.

⁵³ A respeito da atividade científica no Brasil em fins do século XIX e início do XX: Cf. FIGUEIRÔA, S. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, (1875-1934)*. São Paulo: Hucitec, 1997. Ao buscar compreender o processo de implantação e desenvolvimento das ciências geológicas, Figueirôa investiga sua configuração em diversas instituições brasileiras, problematizando aspectos mais amplos do próprio processo de institucionalização e da especialização desses espaços, dos usos da ciência e do retorno prático dela esperado. Com esse estudo a autora contribui para a compreensão das motivações na promoção das ciências em via tripla, considerando o Estado português e brasileiro e também a iniciativa de cientistas como atores dessa história da ciência.

passado do país, para além da compilação de achados arqueológicos, Costa delinea uma imagem nacional em que o espaço físico torna-se determinante e o trabalho com os vestígios arqueológicos são indícios de ilustração e evolução humana, demonstrando apropriações das leituras de Hippolyte Adophe Taine (1823-1893) e Hebert Spencer (1820-1903), dentre os autores que fundamentam sua perspectiva de estudo da arqueologia brasileira.

A disciplina Técnica de Museus, Epigrafia e Cronologia, foi ministrada pelo fundador do MHN, Gustavo Barroso (1888-1959). Nascido em Fortaleza-CE, iniciou a Faculdade Livre de Direito do Ceará, mas mudou-se para o Rio de Janeiro, tornando-se bacharel em 1911 pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Na capital, atuou como político, jornalista, ensaísta, professor, e foi membro dos principais locais de produção do conhecimento no início do século XX, como o IHGB e a ABL, integrando-se também em diversas academias portuguesas, à Sociedade dos Arqueólogos de Lisboa e Numismática, na Bélgica.⁵⁴

O material produzido para as aulas de Técnica de Museus, Epigrafia e Cronologia, possibilitou a constituição da obra *Introdução à Técnica de Museus*⁵⁵, publicada em dois volumes referentes às três etapas da disciplina; parte geral, básica e especializada. A introdução, no primeiro volume, discute as funções sociais e didáticas do museu, em uma perspectiva vinculada à instrução a respeito da grandeza da pátria e à evocação do passado. Dedicase às noções de organização, arrumação, catalogação e restauração, apresentadas como parte geral e à cronologia, epigrafia, bibliografia, diplomática e iconografia correspondentes à parte básica. A parte especializada, no segundo volume, trata das noções de heráldica, bandeiras, condecorações, armaria, arte naval, viaturas, arquiteturas, indumentária, mobiliário, cerâmicas e cristais, ourivesaria, prataria, bronzes artísticos, máquinas e instrumentos de suplício, e apresenta técnicas que abrangiam o trabalho com as peças de diferentes naturezas que compunham o acervo do museu.

Ao investigar a construção do caráter educativo do MHN, Ana Carolina Gelmini de Faria identifica no Curso de Museus uma das representações educativas da

⁵⁴ ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Biografia Gustavo Barroso*. Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=617&sid=213>> Acesso em: 05 nov. 2013.

⁵⁵ BARROSO, Gustavo. *Introdução à técnica de museus*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1946, 2 vols.

instituição que se deve destacar, porque, segundo a autora, constituiu uma matriz intelectual dos museus brasileiros à medida em que os profissionais oriundos do Curso, titulados como conservadores de museus, disseminaram as concepções do MHN para outras instituições e profissionais, configurando o Curso de Museus como formação embrionária do que é atualmente a graduação em Museologia, disponível em 14 universidades do Brasil.⁵⁶ A respeito do manual de Barroso, Faria aponta que tornou-se referência básica na área de museologia até a década de 1970, e integrante dessa matriz intelectual de museus.

Percebe-se que as disciplinas do Curso de Museus eram muito pautadas na experiência dos professores, funcionários das instituições e, em sua maioria, autodidatas vindos de outras áreas do conhecimento como Engenharia, Medicina e Direito. No entanto, é interessante observarmos também que dentre as diferenças na formação e nos interesses de pesquisa, a graduação em Direito predomina, conforme tradição cultivada desde o século XIX pelas elites. Cabe destacar também que metade do corpo docente, Garcia, Calmon e Barroso, estava vinculada ao IHGB e à ABL como sócios. O quadro de professores da primeira turma do Curso de Museus, formada em dezembro de 1933, foi designado pelo diretor, que não recebiam remuneração pela função de docente, pois o regulamento vigente, não previa o aumento de despesa. O programa das disciplinas era formulado pelos próprios professores e analisado pelo diretor da instituição.

No MHN, essa configuração ganha outros encaminhamentos apenas doze anos depois da criação do curso, com a Reforma de 1944, na gestão de Gustavo Barroso.⁵⁷ A partir das reestruturações desse período, é que Sá identifica a consolidação de um caráter universitário, aspirado desde a sua criação. Mesmo permanecendo subordinado à direção do MHN, foi instituído o cargo de coordenador do curso, ocupado por uma egressa, Nair de Moraes Carvalho. A partir de então, os formados começaram a

⁵⁶ FARIA, A. C. G. O caráter educativo do Museu Histórico Nacional: O Curso de Museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros (Rio de Janeiro 1922-1958). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

⁵⁷ Dentre as reestruturações previstas pelo decreto nº 6.689 de 13 de julho de 1944, está a ampliação da duração do curso para três anos, os professores passam a ser remunerados, são previstas excursões e concedidas bolsas de estudo, para funcionários de museus, estaduais e municipais, que não residiam no Rio de Janeiro. BRASIL. *Coleção das Leis de 1944 – Volume VI. Atos do Poder Executivo: Decretos de julho a setembro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1944. p. 137-144. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/leisocerizadas%5CLEIS1944v6.pdf>> Acesso em: 20 out. 2013.

substituir seus professores, constituindo, segundo Sá, “a “primeira geração” de uma museologia não mais autodidata”.⁵⁸

Também para a História, a década de 1930 foi um momento de investimentos na especialização. Mesmo que com outras configurações, enquanto curso universitário, compartilhou desafios com esses cursos técnicos, como o da formação docente ainda incipiente. Pedro Muniz de Bitencourt Calmon (1902-1985), participou dos dois lugares sociais, no MHN ministrou a disciplina *História Política e Administrativa do Brasil* (até a atualidade), que em 1934 passa a ser denominada *História da Civilização Brasileira* no MHN. Calmon também se dedicou a essa cadeira em 1935, na Universidade do Distrito Federal. Dela resultou seu primeiro livro que leva o nome da disciplina, *História da Civilização Brasileira*.

Compreendendo a mudança na denominação da disciplina, como indicativa da disputa entre diferentes concepções de história, Ferreira aponta que a proposta de uma história da civilização desenvolvida durante a década de 1920, se deu em contraposição às histórias nacionais. Tendo em vista as perdas da Primeira Guerra Mundial e a possibilidade de novos conflitos, as correntes históricas dedicadas aos grandes eventos políticos e a criação de heróis nacionais foram identificadas como aquelas que fomentavam conflitos entre os países. Desse modo, a história da civilização defendida pela Comissão Internacional para o Ensino de História, criada na Europa no início da década de 1930, planejava rever os livros didáticos nesse sentido e propunha o estudo das sociedades em detrimento do estudo da nação. No Brasil, tal orientação ressoou na reforma educacional de 1931, adotando essa denominação também no curso de museus.⁵⁹

Entretanto, compreender a denominação do livro *História da Civilização Brasileira*, em suas relações com uma diretriz mais ampla, não significa considerar que a perspectiva da obra é desvinculada da ideia de constituição de uma identidade brasileira, discussão esta que é central no texto de Calmon. O recorte temporal adotado pelo autor, característico das grandes sínteses, inicia com a chegada de Cabral em 1500 e vai até 1920, discutindo a consolidação da República no Brasil. Concomitante ao avanço da cronologia é o esforço em demonstrar uma homogeneidade na identidade

⁵⁸ SÁ, I. C, 2007, op. cit.

⁵⁹ FERREIRA, M. M, 2013, op. cit, p. 28-29.

brasileira, por meio de argumentos como a unidade da língua ou a definição do carácter da população.

A relação de Pedro Calmon com o MHN precede a direção Rodolfo Garcia na instituição e durante esta, é lembrada em prefácio à obra *Escritos Avulsos* que Garcia associou-o “benevolmente ao governo da casa”.⁶⁰ Veio da Bahia para o Rio de Janeiro a pedido de seu padrinho Miguel Calmon, para trabalhar como secretário da Comissão Promotora do Centenário da Independência. Na Universidade do Rio de Janeiro concluiu a graduação cursada por dois anos na Faculdade de Direito da Bahia e, em 1925, foi nomeado conservador do MHN. Em 1935, torna-se livre-docente de Direito Público Constitucional, por concurso, na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.⁶¹

Em carta enviada por Pedro Calmon a Rodolfo Garcia no período da gestão deste, há uma sugestão a respeito da disposição de um objeto no acervo, que permite identificar a consideração da Europa como referência estética, buscando representar também o Brasil e, especialmente, as elites brasileiras nesse padrão. Ao expressar a consideração da Máscara de Napoleão como peça de alto valor, aponta com que conjunto seria adequado expô-la, “embaixo dos retratos de amigos estrangeiros de D. João VI,” para que forme “ambiente europeu”.

Leio na Patrie Suisse que só se conhecem quatro ou cinco máscaras de Napoleão, com a rubrica do Dr. Autommarché. Uma delas é um dos melhores objetos do museu de família do príncipe Vítor Napoleão, em Bruxelas. Portanto a nossa é um objeto de altíssimo valor, que ficaria bem - parece-me – embaixo dos retratos dos amigos estrangeiros de D. João VI, formando ambiente europeu. É uma sugestão, que o Senhor meu caro Dr. Garcia, acolherá como uma certeza de que tenho aí o pensamento.⁶²

A organização das salas de exposição do acervo do MHN passou por diversas mudanças durante o período em que Rodolfo Garcia esteve como diretor da instituição. Já não eram mais nomeadas de acordo com as coleções, mas por acontecimentos históricos e personagens. Nesse sentido, Aline Montenegro Magalhães bem observou

⁶⁰ GARCIA, R. *Escritos Avulsos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973.

⁶¹ ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Biografia Pedro Calmon*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=315&sid=193>> Acesso em: 05 nov. 2013

⁶² DAMASCENO, D. (Org.), 1970, op. cit, p.87.

que “Rodolfo Garcia consolidou a concepção de história do século XIX na prática de escrever narrativas com objetos”.⁶³

Entretanto, foi ao trabalho com acervos bibliográficos que Rodolfo Garcia dedicou maior tempo em seu percurso, tendo sido ele um dos primeiros intelectuais preocupados com a divulgação do Sistema de classificação decimal no Brasil, criado em 1873 por Melvin Dewey, como analisaremos a seguir.

Classificação bibliográfica e o ofício do historiador

Em 1914, Rodolfo Garcia teve sua tese reprovada no concurso de bibliotecário do MHN. O seu trabalho, intitulado *Sistemas de classificação bibliográfica - Da classificação decimal e suas vantagens*, objetivava apresentar para o público brasileiro a sexta edição, e a mais recente no período, da obra de Melvin Dewey, *Classificação Decimal*.

Em sua classificação, Dewey criou um quadro sistemático de matérias, composto por dez classes que correspondiam às grandes divisões do conhecimento humano, que, por sua vez, se subdividiam em dez subclasses e assim sucessivamente, conforme a necessidade de cada grupo. Cabe observarmos que organizações técnicas também partem de determinadas concepções do conhecimento e, no caso, a classificação de Dewey estava atrelada às definições consensuais do período para cada área do conhecimento. A história não foi considerada disciplina autônoma em 1899, data da sexta edição, e aparece representada juntamente com a Geografia pelo número nove⁶⁴, tendo as seguintes subclasses:

9 HISTÓRIA, GEOGRAFIA⁶⁵

91 Geografia e viagens

92 Biografia.

93 História antiga.

⁶³ MAGALHÃES, 2004, op. cit, p.43.

⁶⁴ Cabe observarmos também que, no Brasil, os cursos universitários de História, com exceção do curso da Universidade do Distrito Federal, eram integrados à Geografia até 1955, quando foram separados atendendo à Lei nº 2.594, de 08 de setembro de 1955, que dispõe sobre o desdobramento dos cursos de Geografia e História nas faculdades de Filosofia. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2594-8-setembro-1955-361157-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 06 out. 2013. Cf. ROIZ, D. S. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino*. Curitiba, Appris, 2012; FERREIRA, M. M, 2013, op. cit.

⁶⁵ GARCIA, R. *Sistemas de classificação bibliográfica: da classificação decimal e suas vantagens*. Rio de Janeiro: ABB, 1969, p. 23.

- 94 História moderna da Europa.
- 95 História moderna da Ásia.
- 96 História moderna da África.
- 97 História moderna da América do Norte.
- 98 História moderna da América do sul.
- 99 História moderna da Oceania. Regiões polares.

A obra *Sistemas de classificação bibliográfica - Da classificação decimal e suas vantagens*, publicada em 1929, no Boletim do Museu Nacional, foi reimpressa em 1969 pela Associação Brasileira de Bibliotecários com dois objetivos, conforme consta em sua apresentação escrita por Antônio Caetano Dias: Um deles era homenagear o “Rodolfo Garcia Bibliotecário”, como intitulou sua apresentação, pois considerava que a atuação de Garcia como bibliotecário não havia sido convenientemente examinada, e o outro era a atualização da obra. Após relatar algumas das atividades de Rodolfo Garcia como bibliotecário, o autor enfatiza as contribuições do “Diretor da Biblioteca Nacional”:

Teve a oportunidade de tomar algumas iniciativas que viriam a ter reflexos decisivos no desenvolvimento da ciência biblioteconômica em nosso país. Como, por exemplo, a reabertura dos Cursos de Biblioteconomia, logo ao iniciar sua administração, em 1932, interrompidos desde o ano de 1923.⁶⁶

O outro objetivo da publicação da tese de Rodolfo Garcia era proporcionar aos bibliotecários e estudantes de biblioteconomia o contato com um trabalho “altamente especializado”, pois, segundo Antônio Caetano Dias, os fundamentos históricos e bibliográficos permaneciam válidos para o conhecimento da História das Classificações Bibliográficas. Para compreendermos alguns dos fundamentos dessa tese, apresentaremos pontos nos quais é possível verificar uma preocupação simultânea do autor com a classificação bibliográfica e o ofício do historiador.

Rodolfo Garcia trata inicialmente de algumas formas de organização de livros adotadas antes da elaboração das classificações bibliográficas, momento em que se produziam listas tendo como critério de ordenação elementos como o título ou conteúdo. Rodolfo Garcia observa que as classificações precederam dois séculos ao

⁶⁶ GARCIA, R. 1969, op. cit, p. 4.

advento da imprensa e, segundo ele, progrediram de modo simultâneo aos conhecimentos humanos e à indústria do livro. Destacamos esta percepção do autor sobre o progresso paralelo das classificações, da imprensa e do conhecimento humano, pois ela nos ajuda a compreender que, na sua dedicação à organização de acervos no Brasil, houve também uma preocupação em auxiliar o país a alcançar esse progresso ilustrado.

Na sequência do texto, Rodolfo Garcia apresenta diversos sistemas de classificação, seus autores, características gerais e combinações, apontando, assim, a diversidade de formas de organização. Dentre esses sistemas, está o sistema de Otto Hartwig, que, segundo Garcia, apresenta uma proposta interessante, porém, que atenderia apenas às necessidades de uma biblioteca pequena, e o sistema de J. Schwartz, usado nos Estados Unidos da América, que tinha como inconveniente ser alfabeticamente ordenado, pois causava indistinção entre várias obras do mesmo autor, que poderia receber um único número.

Após essas apresentações de outros sistemas de classificação, Rodolfo Garcia atém-se à classificação decimal criada por Melvil Dewey e apresenta suas vantagens, conforme o título da obra indica. Um dos elementos que faz com que o autor perceba esse sistema como o mais adequado para responder às demandas modernas da organização do conhecimento, em consonância com a Conferência Bibliográfica Internacional de 1895, que também o adotou, é a uniformidade que tal classificação possibilitava, podendo ser utilizada em todos os países. Esta classificação não corresponderia apenas às necessidades de acomodação do acervo em uma biblioteca, mas, segundo Garcia, facilitaria a classificação metódica e detalhada das obras.

Ao destacar essa uniformidade, percebemos que o mérito maior da Classificação Decimal de Dewey não estava restrito à organização de acervos nacionais, mas à possibilidade de inserção deles em uma rede internacional de comunicação científica. O interesse por uma classificação “metódica e detalhada” das obras remete à dedicação de Garcia aos estudos históricos e à promoção do acesso a documentos considerados úteis ao historiador para a escrita da história da nação. Como ensina Henry Rousso, ao tratar

da relação entre o trabalho do historiador e o arquivo, “a utilização de um “arquivo” pelos historiadores só pode ser compreendida sob a luz da noção de ‘fonte’”.⁶⁷

Nos escritos de Rodolfo Garcia, é recorrente a noção do documento como material com potencial de completar a história. Partindo dessa perspectiva, quanto maior o número de documentos verdadeiros encontrados pelo historiador e utilizados após serem submetidos ao método crítico, mais lacunas seriam preenchidas até que a História estivesse, nas palavras de Garcia, completamente feita. No livro *Evidência da História: O que os historiadores veem*, François Hartog também trata dessas relações, tendo como foco principal as diferentes noções e usos da evidência. Nessa investigação, o autor percebe que no século XIX, momento em que a História é entendida como ciência, as “vozes” passam a ser as “fontes” e as “testemunhas” acreditam assemelhar-se aos historiadores.⁶⁸

Grande parte dos letrados que se dedicavam à escrita da história do Brasil nas primeiras décadas do século XX consideravam possível fazer história com a condição de que houvesse documento; tal critério permanece vigente no trabalho do historiador, no entanto. é a concepção do documento, os procedimentos e seus usos que se alteram. Muitos dos esforços desses letrados voltavam para a busca por documentos inéditos, bem como no trabalho de divulgar os procedimentos críticos a que deveriam ser submetidos.⁶⁹

É interessante observarmos ainda na formação de acervos no Brasil, de modo específico o da BN, do IHGB e do MHN, os esforços não se restringem à centralização das informações, mas à escolha de quais informações devem se destacar e divulgar, conforme os interesses de cada momento.

Na tese a respeito do sistema de classificação bibliográfica de Dewey, Rodolfo Garcia cita Ramiz Galvão como modelo e pioneiro entre os letrados brasileiros que

⁶⁷ ROUSSO, H. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*, v. 9, n. 17, 1996, p.86.

⁶⁸ HARTOG, F. *Evidência da História: O que os historiadores veem*. Coleção História e Historiografia. Belo Horizonte: Editora Autentica: 2011.

⁶⁹ A respeito dos usos documentais na historiografia brasileira do final do século XIX e início do século XX ver: ANHEZINI, K. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011; GONTIJO, R. *O “cruzado da inteligência”: Capistrano de Abreu, memória e biografia*. Anos 90, Porto Alegre: 2007, vol.14, n.26, p.41-76; OLIVEIRA, M. G. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. São Paulo: FGV editora, 2013; SANTOS, P. A. C. *História erudita e popular: edição de textos na obra de Capistrano de Abreu*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - FFLCH - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

contribuíram para a adaptação do Sistema decimal em relação às necessidades do Brasil:

A classificação decimal não cogitou das subdivisões relativas à literatura e História de Portugal e Brasil. Esta lacuna preencheu o ilustrado SR. DR. Ramiz Galvão, quando organizou o catálogo do Gabinete Português de Leitura, pelas necessidades do meio servindo-se do modelo que Dewey instituiu para outros países.⁷⁰

Ramiz Galvão formou-se como bacharel em Letras pelo Colégio D. Pedro II onde também lecionou, e em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi sócio do IHGB, membro da Academia Brasileira de Letras e diretor da BN no período de 1870 a 1882 criando o periódico da instituição.⁷¹

Ao estudar *A Biblioteca Nacional nos tempos de Ramiz Galvão (1870-1882)*, Ana Paula Caldeiras percebe que houve nesse período uma transformação da instituição em um espaço de investigação e pesquisa para os que se dedicavam a escrever a história nacional. Tal transformação é entendida de maneira vinculada à concepção de Ramiz Galvão a respeito da função de bibliotecário, como se denominava no período também o que ocupava o cargo de diretor: “desenterrar os tesouros esquecidos, organizá-los e arquivá-los e, por fim, trazê-los a público para que possibilitassem toda a sorte de pesquisas” tais ações sintetizam, segundo Caldeias, as principais atribuições de um bibliotecário, para Ramiz Galvão.

Esforços para cumprir essas ações são perceptíveis em sua obra mencionada na citação acima, de autoria de Rodolfo Garcia: *Catálogo do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro: segundo o sistema e classificação decimal de Dewey*, publicada em 1906, em que há considerações técnicas sobre as diversas vantagens da classificação decimal para as bibliotecas buscando apresentar sua aplicação prática.

Observamos que até início da década de 1930, os que trabalhavam no âmbito da organização de acervos no Brasil, em sua maioria, eram letrados que não possuíam formação específica para o desempenho da função, mesmo que a partir de 1935 na BN, os novos concursados da instituição tenham sido obrigados a portar o diploma. Da mesma forma, os que ministraram as disciplinas do Curso de Museus e Biblioteconomia

⁷⁰ GARCIA, R. 1969, op. cit, p.30.

⁷¹ GUIMARÃES, L. M. P. *Da escola palatina ao silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

nos primeiros anos dos cursos eram autodidatas, frequentemente chefes da seção correspondente à disciplina.

Pensando de modo especial a respeito da formação acadêmica desses que lecionaram no Curso de Museus entre 1932-1933, e no de Biblioteconomia no período entre 1932-1941, como Rodolfo Garcia, Edgar de Araújo Romero, Joaquim Menezes de Oliva, Pedro Calmon e Gustavo Barroso eram formados em Direito. Constâncio Antônio Alves formou-se em Medicina e João Anyone Costa cursou-a durante dois anos, já Mario Behring graduou-se em Engenharia Agrônômica. Assim, percebemos que os intelectuais dedicados a formar profissionais para organização de acervos no Brasil pertencem a diversas áreas do conhecimento. Talvez Maria da Glória Oliveira nos indique caminhos mais profícuos para essa análise em seu artigo: *Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista*, quando afirma que “não seria fortuito que no Brasil oitocentista, os homens de letras e de ciências compartilhassem os espaços institucionais dedicados à tarefa de inquirir o passado nacional”.⁷² Mais do que deixar seus ofícios de formação pela organização de acervos, percebemos que a investigação para apurar a verdade do passado nacional não só permeou os esforços de profissionais de áreas de formação distintas, como os impeliu à constituição de um novo saber, para formar especialistas no trabalho com acervos. Nesse sentido, o Curso de Biblioteconomia mobilizou diversos saberes, considerados até então como auxiliares da história, que, no entanto, passam a compor o ensaio de sua autonomia.

O desempenho da Medicina, área de formação de Galvão e de diversos homens de letras que compuseram o corpo docente do Curso de Museus e Biblioteconomia, requeria investigação em várias etapas de suas práticas, como no caso da identificação de sintomas para elaboração de um diagnóstico. A investigação também era prática fundamental nas inúmeras possibilidades de atuação do Direito, como por exemplo, na análise de um processo e das provas da argumentação das partes envolvidas. Quanto ao estudo do passado nacional, requeria investigação minuciosa dos fatos históricos, por se tratar de um conhecimento indireto em que a forma de chegar ao fato, compactuada pelos que se dedicavam a escrita da história no Brasil em fins do século XIX e início

⁷² OLIVEIRA, M. G. *Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista*. *Rev. Bras. Hist.*, v. 30, n. 59, São Paulo, 2010, p.47.

XX, era por meio do documento. Ao investigar o passado, não só partia-se do documento, mas com a aquisição de maior número possível do material; após dar a eles o tratamento adequado, esperava-se alcançar a completude da história. O trabalho com acervos também requeria investigação, seja para classificar, restaurar, produzir descrições dos acervos ou vigiá-los.

Desse modo, mesmo considerando as especificidades de cada ofício, percebemos que a busca pela verdade do passado, pelo verdadeiro culpado de um crime ou ainda pela causa real de uma enfermidade, estando elas explícitas ou implícitas, bem como a datação de determinado objeto museológico ou o trabalho na discriminação de uma coleção da BN, exigiam esforços análogos no que se refere às indagações pormenorizadas e comprovações. Conforme as contribuições de Carlo Ginzburg, no estudo “Sinais, raízes de um paradigma indiciário”, tais esforços podem ser compreendidos situando-os sobre um mesmo tapete “O tapete é o paradigma que chamamos a cada vez, conforme os contextos, de venatório, divinatório, indiciário ou semiótico.”⁷³ Desse modo, retomamos a questão que motivou esse texto: a formação de especialistas para o trabalho com acervos, perguntando: que especialistas planejou-se formar no Curso de Museus e de Biblioteconomia, na década de 1930? Especialistas cujos saberes impelissent a investigação para a produção ou aplicação de um conhecimento, que facilitasse o acesso a ele, principalmente por meio da organização dos acervos, e que dominassem as técnicas necessárias para conservá-los e restaurá-los, tornando-se assim, profissionais para a ilustração nacional do ponto de vista institucional e simbólico.

Fontes

BIBLIOTECA NACIONAL, (Brasil). *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1911, 1913, 1915, 1921, 1932, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943.

BIBLIOTECA NACIONAL, (Brasil). Coleção Documentos Históricas, Acervo de Manuscritos. (vol. 36, 1937; vol. 37, 1937; vol. 38, 1937 e vol. 62, 1943)

BIBLIOTECA NACIONAL, (Brasil). Coleção Rodolfo Garcia (Documentos avulsos),

⁷³ GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.170.

Acervo de Manuscritos.

CARDIM, E. *Rodolfo Garcia* (No centenário do seu nascimento). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1973.

DAMASCENO, D. (Org.). *Cartas a Rodolfo Garcia*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1970.

GARCIA, R. *Ensaio sobre a História Política e Administrativa do Brasil* (1500-1810). Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

_____. *Escritos Avulsos*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973.

_____. Explorações Científicas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* Rio de Janeiro, v.2, p.189-223, 1942.

_____. *Sistemas de classificação bibliográfica: da classificação decimal e suas vantagens*. Rio de Janeiro: ABB, 1969.

Bibliografia

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Biografia Constâncio Alves*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=422&sid=262>> Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. *Biografia Gustavo Barroso*. Disponível em <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=617&sid=213>> Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. *Biografia Pedro Calmon*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=315&sid=193>> Acesso em: 05 nov. 2013.

ABREU, J. C. *Capítulos de História Colonial*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

_____. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. *Ensaios e Estudos* (Crítica e História). 1ª série, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

ABREU, R. *A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Da história detalhe à história problema: o erudito e o intelectual na elaboração e no ensino do saber histórico. *Lócus*. Revista de história, UFJF, v. 10, n. 2, 2004, p.53-72.

_____. De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente. *Trajetos*. Revista de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, vol. 3. n. 6. 2005.

ALVES, C. A. *Os livros vão e não voltam - o que se encontra dentro deles*. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=424&sid=262>> Acesso em: 05 nov. 2013.

AMED, Fernando. *As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca*. São Paulo: Alameda, 2006.

ANHEZINI, Karina. Na entrecena da construção da história no Brasil (1878-1934). (no prelo)

_____. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

ANHEZINI, K. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

BARRETO, C. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *REVISTA USP*, São Paulo, n.44, p. 32-51, 1999-2000.

BARROSO, Gustavo. *Introdução à técnica de museus*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1946, 2 vols.

BITTENCOURT, J. Museu Histórico Nacional, 1931. O nascimento de uma museografia no Brasil? *Anais do Museu Histórico Nacional*, Vol. XXXIII. Ministério da cultura/ IPHAN/MHN, 2001, p.9-16.

BRASIL. *Coleção das Leis de 1944 – Volume VI. Atos do Poder Executivo: Decretos de julho a setembro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1944. p. 137-144. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/InfDoc/novoconteudo/legislacao/republica/leisocerizadas%5CLeis1944v6.pdf>> Acesso em: 20 out. 2013.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coords.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 183-191.

BREFE, A.C. F. *O Museu Paulista: Afonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. São Paulo: UNESP; Museu Paulista, 2005.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Caldeira, A. P. S. *A Biblioteca Nacional nos tempos de Ramiz Galvão (1870- 1882)*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009. Disponível em: <http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Ana_Paula_Caldeira.pdf> Acesso em: 02 jun. 2013.

CAMPOS, Francisco. Exposição de Motivos, apresentada ao Chefe do Governo Provisório, encaminhando o projeto de Reforma do Ensino Superior. In: Ministério da Educação e Saúde Pública. *Organização Universitária Brasileira*. Decretos n.ºs. 19.850, 19.851 e 19.852, de 11 de abril de 1931, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

Cartas de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, volume 56, 1939.

Cartas do Rio de Janeiro: 1811-1821/Luís Joaquim dos Santos Marrocos. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.

CASTRO, C. A. Histórico e evolução curricular na área de Biblioteconomia no Brasil. In: VALENTIM, Marta Lígia. *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis, 2002, p. 25-48.

_____. História da Biblioteconomia brasileira. Brasília: Thesaurus, 2000.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CEZAR, T. Em nome do pai, mas não do patriarca: ensaio sobre os limites da imparcialidade da obra de Varnhagen. *História*, São Paulo, v.24, n.2, 2005, p.207-240.

_____. Lição sobre a escrita da história: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, n.1, v.8, 2004, p.11-29.

_____. Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico no século XIX. *História Unisinos*, v.8, n.10, 2004, p.11-34.

COSTA, J. A. *Introdução à Arqueologia Brasileira: etnografia e história*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934.

DELACROIX, C; DOSSE, F; GARCIA, P. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

DE LUCA, T. R. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: UNESP, 1999.

DIEHL, A. A. *A cultura historiográfica brasileira (do IHGB aos anos 1930)*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

DOSSE, F. *História e ciências sociais*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

EL FAR, A. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

FARIA, A. C. G. O caráter educativo do Museu Histórico Nacional: O Curso de Museus e a construção de uma matriz intelectual para os museus brasileiros (Rio de Janeiro

1922-1958). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FÁVERO, M. L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, UFPR, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006.

_____. A universidade no Brasil de 1930 a 1937. In *Universidade e poder: análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45*. 2ed. Brasília: Plano, 2000, p. 29-77. FIGUEIRÔA, S. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, (1875-1934)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FERREIRA, M. M. *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

GINZBURG, C. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONTIJO, R. Capistrano Viajante. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 59, 2010, p. 15-36.

_____. *Entre quatre yeux: a correspondência de Capistrano de Abreu. Escritos*. Ano 2. n. 2, 2008, p. 49-73.

_____. História e historiografia nas cartas de Capistrano de Abreu. *História*, São Paulo, v.24, n.2, p.159-185, 2005.

_____. O “cruzado da inteligência”: Capistrano de Abreu, memória e biografia. *Anos 90*, Porto Alegre, v.14, n.26, 2007, p.41-76.

_____. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

_____. Tal história, qual memória? Capistrano de Abreu na história da historiografia brasileira. *Projeto História*, v.41, 2010, p.491-526.

GOMES, Â. C. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. “É a história uma Ciência?” o IHGB e os historiadores da Primeira República. In: *A República, a História e o IHGB*. parte 1. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm, 2009.

_____. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GUIMARÃES, L. M. P. A Experiência Pioneira da Academia de Altos Estudos: Faculdade de Filosofia e Letras do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1916–1921). *Revista Teias*, v.1, n.1, 2000, p.38-45.

_____. A presença do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro no campo da educação superior: o projeto da Academia de Altos Estudos - Faculdade de Filosofia e Letras (1916-1921). *Revista de História*, n.141, 1999, p.91-100.

_____. *Da escola palatina ao silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

_____. Primeiro Congresso de História Nacional: breve balanço da atividade historiográfica no alvorecer do século XX. *Tempo*, Rio de Janeiro, n.18, 2005, p.147-170.

_____. Sobre a história da historiografia como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. (et al). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

_____. Um olhar sobre o continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n.20, 1997, p.217-229.

GUIMARÃES, M. L. L. S. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. *Topoi*, Rio de Janeiro, n.5, v.3, 2002, p.184-200.

_____. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. *Ágora*. Revista de História e Geografia. Dossiê Historiografia e Escrita da História, v. 11, n. 1, p. 31-47. jan./jun. 2005.

_____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista de Estudos Históricos*, n.1, 1988. p.5-27.

_____. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (Org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 393-414.

HARTOG, F. Evidência da História: *O que os historiadores veem*. Coleção História e Historiografia. Belo Horizonte: Editora Autentica: 2011.

KOSELLECK, R. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 225-249.

_____. *O pequeno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MAGALHÃES, A. M. *Colecionando relíquias...Um estudo sobre a Inspeção de Monumentos Nacionais (1934 – 1937)*. Dissertação (Mestrado em História social) - UFRJ/ IFCS Rio de Janeiro, 2004.

_____. O que se deve saber para escrever a história nos museus? *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 34, p. 107-130, 2002.

OLIVEIRA, M; CARVALHO, G. F; SOUZA, G. T. Trajetória histórica do ensino de Biblioteconomia no Brasil. *Inf & Soc.: Est. João Pessoa*, v.19, n.3, p.13-24, 2009.

OLIVEIRA, M. G. *Crítica, Método e Escrita da História em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1913.

_____. Fazer história, escrever a história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. *Rev. Bras. Hist.*, v. 30, n. 59, São Paulo, 2010.

RODRIGUES, J. H. Afonso Taunay e o revisionismo histórico. *Revista de História*. v. 17, nº 35, 1958, p. 97-105.

RODRIGUES, J. P. C. S. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

ROIZ, D. S. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino*. Curitiba, Appris, 2012.

ROUSSO, H. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*, v. 9, n. 17, 1996.

SÁ, I. C. História e memória do curso de museus: do MHN à UNIRIO. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v.39, p.10-49, 2007.

SANTOS, J. P. Reflexões sobre currículo e legislação na área da Biblioteconomia. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, v. 3, n. 6, p. 35-47, 2007.

SANTOS, M. S. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond; Minc/IPHAN/DEMU, 2006.

SANTOS, P. R. E. A arquivística no laboratório: história, teoria e método de uma disciplina. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, R. S. C. *Projeto à nação em páginas de Cinearte: A construção do “livro de imagens luminosas”*. Dissertação (Mestrado em História social) – PUC, Rio de Janeiro, 2010.

SCHMIDT, Benito B; AVELAR, Alexandre de Sá. *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

SCHMIDT, Benito B. *Grafia da vida: reflexões sobre a narrativa biográfica*. *História Unisinos*, v. 8, n. 10, p. 131-142, 2004.

SCHWARTCZ, L. M. *Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A longa viagem da biblioteca dos reis – Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, I. A. L. Biblioteca Nacional no processo de Demarcação de Limites com a Guiana Francesa: Os Usos Políticos de um Acervo Documental. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, volume 128, 2008.

SIQUEIRA, G. K, Curso de Museus – MHN, 1932-1978: o perfil acadêmico-profissional. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. Rio de Janeiro, 2009.

SIQUEIRA, G. K.; GRANATO, M.; SÁ, I. C. Relato de experiência: o tratamento e a organização do acervo documental do Núcleo de Memória da Museologia no Brasil, Rio de Janeiro. *Revista CPC*, n. 6, p. 142-169, São Paulo, 2008.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

_____. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

SOMBRIO, M. M. O; LOPES, M. M; VELHO, L. M. L. S. Práticas e disputas em torno do patrimônio científico-cultural: Bertha Lutz no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil. *Varia história*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, 2008.

VENANCIO, G. M. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Viana (1883-1951)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

_____. Presentes de papel; cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 2, nº 28, p. 23-47, 2001.